



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Processo nº: 00600-00001992/2020-76-e (a).

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Saúde do DF – SES/DF.

Assunto: Dispensa de Licitação.

Ementa: . Dispensa de Licitação n.º 9/2020, realizada pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, no âmbito do Processo SEI n.º 00060.00106136-2020-61, ratificada conforme publicações no DODF de 23.04.2020 (edição extra) e de 22.05.2020, em favor das empresas Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., Goyazes Biotecnologia Ltda. ME – GBIO e PMH – Produtos Médicos Hospitalares Ltda., no valor total de R\$ 32.730.000,00, referente à aquisição, em caráter emergencial, de teste rápido para detecção qualitativa específica de IgG e IgM e antígeno do COVID-19, para atender às necessidades da SES/DF.

. A Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – SEASP, na Informação nº 96/2020-DIASP3 (peça 34), sugere ao Tribunal, em síntese, que: 1) tome conhecimento da documentação que indica; 2) conceda medida cautelar de modo a determinar à SES/DF que os pagamentos a serem realizados à sociedade empresária PRECISA COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA, por conta da dispensa de licitação em referência, fiquem limitados ao valor unitário de R\$ 73,00; 3) autorize o envio de cópia de documentos ao Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios – MPDFT e ao Tribunal de Contas da União – TCU; 4) sobresteja as audiências discriminadas na Matriz de Responsabilização até o deslinde da ação penal que apurará a acusação relacionada com os crimes praticados no Processo nº 00060.00106136/2020-61; 5) expeça alerta ao titular da SES/DF; e 6) autorize o encaminhamento de cópia da Decisão quer vier a ser adotada pela Corte acompanhada do Relatório/Voto que a fundamenta ao órgão jurisdicionado e às empresas interessadas, bem como o retorno dos autos à SEASP para os devidos fins.

. Ministério Público de Contas, no Parecer nº 1006/2020-G1P (peça 37), subscrito pela ilustre Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira, opina em linha de parcial convergência com o que propõe a Unidade Instrutiva, uma vez que, em acréscimo, pelo chamamento do atual Secretário.

. VOTO do Cons. INÁCIO MAGALHÃES, Relator do feito, convergente com a Instrução, com acréscimo pela abertura de prazo de 15 dias para que a SES/DF e a sociedade empresária



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

PRECISA COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA, para que possam se manifestar acerca das impropriedades contidas na Informação nº 96/2020-DIASP3, notadamente sobre a medida cautelar exarada (peça 38).

. DECLARAÇÃO DE VOTO. Divergência do entendimento do eminente Relator, uma vez que voto no sentido de que o Tribunal: 1) tome conhecimento da documentação que indica; 2) conceda medida cautelar de modo a determinar à SES/DF que os pagamentos a serem realizados à sociedade empresária PRECISA COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA, por conta da dispensa de licitação em referência, fiquem limitados ao valor unitário de R\$ 73,00; 3) autorize o envio de cópia de documentos ao Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios – MPDFT e ao Tribunal de Contas da União – TCU; 4) chame em audiência os indicados na Matriz de Responsabilização e o atual Secretário de Saúde do DF para apresentação de razões de justificativa; 5) expeça alerta ao titular da SES/DF; e 6) autorize o encaminhamento de cópia da Decisão quer vier a ser adotada pela Corte acompanhada do Relatório/Voto que a fundamenta ao órgão jurisdicionado e às empresas interessadas, bem como a autuação de processo para exame de todas as aquisições de testes ocorridos no Distrito Federal, além do retorno dos autos à SEASP para os devidos fins.

DECLARAÇÃO DE VOTO (art. 111 do RI/TCDF):

Tratam os autos da Dispensa de Licitação nº 9/2020, realizada pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF no âmbito do Processo GDF SEI 00060.00106136/2020-61, ratificada pelas publicações no DODF nº 58 (edição extra) de 23/04/2020 e nº 96 de 22/05/2020 (peça 1).

A Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – SEASP, após as considerações expendidas na Informação nº 96/2020-DIASP3 (peça 34), sugere ao Tribunal que adote o seguinte encaminhamento:

“I- tomar conhecimento:

a) do Ofício nº 5181/2020-SES/GAB (peça 16, e-DOC 19E7AE14) e dos demais documentos que o acompanham (peças 17, 18 e 19);

b) da manifestação ofertada pela empresa Methabio Farmacêutica do Brasil Ltda. EPP (peça 15, e-DOC E984745D);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

c) dos Ofícios nos 517/2020-CF (peça 24, e-DOC 0278E78F), 550/2020-CF (peça 31, e-DOC 3855D581) e 564/2020-CF (peça 32, e-DOC 8AAF4E5A);

d) da Ação Penal ajuizada em face da denominada “Operação Falso Negativo” (peça 27, e-DOC 9188A024);

e) da Informação 96/2020 (peça 34, e-DOC 7EDEE4AE);

II- conceder medida cautelar, com fundamento no art. 277 do RI/TCDF, de modo a determinar à SES/DF que os pagamentos a serem realizados à empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., por conta da Dispensa de Licitação nº 9/2020 (Processo SEI GDF nº 00060.00106136/2020-61), sejam limitados ao valor unitário de R\$ 73,00 (setenta e três reais);

III- autorizar o envio de cópia dos presentes autos ao:

a) Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT de modo a subsidiar as apurações que ocorrem no âmbito da denominada “Operação Falso Negativo”, sobretudo quanto à acusação relacionada com os crimes praticados no Processo nº 00060.00106136/2020-61;

b) Tribunal de Contas da União - TCU para ciência acerca das questões aqui abordadas e para adoção das medidas que entender pertinentes, no âmbito da Dispensa de Licitação nº 9/2020, sob a gestão da Secretaria de Estado de Saúde do DF – SES/DF;

IV- sobrestar as audiências discriminadas na Matriz de Responsabilização (peça 33, e-DOC 2A05439E), até o deslinde da ação penal que apurará a acusação relacionada com os crimes praticados no Processo nº 00060.00106136/2020-61;

V- alertar ao titular da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que:

a) os projetos básicos ou termos de referência, relativos às contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência decorrente do coronavírus, devem:

a.1) observar que a presunção de limitação da contratação ao atendimento da situação de emergência, prevista no art. 4º- B, IV, da Lei nº 13.979/2020, não o isenta de estimar a quantidade necessária, com base em metodologia de cálculo objetiva, conforme previsto no art. 7º, § 4º e art. 15, § 7º, I e II, da Lei nº 8.666/1993;

a.2) conter a certificação do setor competente da SES/DF acerca da adequação orçamentária e financeira da despesa a ser realizada, nos termos do art. 4º-E, inciso VII, da Lei nº 13.979/2020;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

- a.3) estar compatíveis com o ofício de solicitação de propostas e contemplar todos os elementos descritos no art. 4º-E, incisos I a VII, da Lei nº 13.979/2020;*
- b) na instrução de processos com fundamento no Parecer Referencial nº 013/2020 - PGDF/PGCONS, devem constar:*
- b.1) cópia integral deste Parecer Referencial com as cotas de aprovação do Procurador-Chefe e do Procurador-Geral do Distrito Federal ou do Procurador-Geral Adjunto;*
- b.2) declaração da autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial e que serão observadas suas orientações, conforme modelo anexo à Portaria PGDF nº 115/2020;*
- c) em que pese os normativos não definam prazo entre a publicação do Aviso de Convocação e a data para apresentação das propostas, para os casos de dispensa de licitação, esse prazo deve ser o mínimo suficiente para que a competitividade do certame não seja comprometida;*

VI- autorizar:

- a) o encaminhamento de cópias do Voto e da Decisão a ser proferida à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, para fins de subsidiar o atendimento da deliberação contida no item precedente e às empresas METHABIO FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA – EPP, para conhecimento, e PRECISA COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA. para, querendo, se manifestar no prazo de 30 (trinta) dias;*
- b) autorizar o retorno dos autos à SEASP para análise do mérito da liminar a que se refere o item II, destas sugestões.”*

Pelos fundamentos expostos no seu respeitável Relatório/Voto, o eminente Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO acolhe o que propõe a SEASP, com acréscimo, justificando assim a parte acrescida:

“Em acréscimo às sugestões propostas pelo corpo instrutivo, tenho por necessário fixar prazo de 15 (quinze) dias para que a SES/DF e a empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., com fulcro no art. 248, inciso V, do RI/TCD, possam se manifestar acerca das impropriedades contidas na Informação n.º 96/2020 – DIASP3, notadamente sobre a medida cautelar exarada, devendo encaminhar documentação comprobatória no caso de discordância.

Quanto aos acréscimos aventados pelo Parquet especial, com as devidas vênias de estilo, deixo de acolhê-los.

É do conhecimento de todos os membros do Plenário desta Casa que, quando a matéria em análise se encontra judicializada, sou pelo



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

sobrestamento do feito, em que pese a independência das instâncias. No caso em comento, entendo que as audiências indicadas pela Seasp/TCDF na Matriz de Responsabilização constante do e-DOC 2A05439E-e devem ser autorizadas, mas sobrestadas, 'até o deslinde da ação penal que apurará a acusação relacionada com os crimes praticados no Processo nº 00060.00106136/2020-61'.

Quanto à sugestão de autuação de processo para análise de todas as aquisições de testes ocorridas no DF, considero que o pleito se reveste de pedido de reexame, uma vez que o encaminhamento proposto pelo órgão ministerial já foi submetido ao Plenário e não mereceu guarida.

Por fim, tenho por desnecessário o chamamento do titular da SES/DF para que se manifeste a respeito da tramitação do Processo SEI n.º 00060.00106136/2020-61, nos moldes sugeridos pelo MP/TCDF."

Peço vênia ao eminente Relator para divergir. Explico.

Em homenagem ao princípio da independência das instâncias e tendo em conta o dever deste Tribunal de cumprir as competências e prerrogativas que lhe são atribuídas pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica do Distrito Federal e pela Lei Complementar nº 01/1994, sou pela realização da audiência daqueles relacionados na Matriz de Responsabilização (peça 33) para apresentação de razões de justificativa.

Ademais, entendo procedente a proposta do Ministério Público de Contas no sentido de que o atual Secretário de Saúde do DF seja, também, chamado em audiência para se manifestar a respeito da grave matéria versada nestes autos, visto que, conforme o pronunciamento ministerial, *"os autos da contratação sob suspeita de gravíssimas irregularidades pode ter iniciado em 15/04/20, enquanto a referida autoridade encontrava-se na SES, e, não, em 16/03/20, quando se ausentou, para presidir a FHB"*.

Também acompanho o *Parquet* no tocante à autuação de processo em relação a todas as aquisições de testes ocorridas no Distrito Federal, ante os significativos indícios de irregularidades na realização de tais despesas.

A propósito, devo salientar que, por ocasião da prolação da Decisão nº 1518/2020, adotada nos autos do Processo nº 00600-00000657/2020-51-e, que trata da Representação nº 16/2020-CF do Ministério Público de Contas, versando sobre supostas irregularidades no fluxo de atendimento nos hospitais e na testagem de pacientes com sintomas do novo coronavírus na rede pública de saúde do Distrito Federal, fiquei vencido. Eis o teor daquela deliberação plenária:

"O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da Representação n.º 16/2020-CF, formulada pelo Ministério Público junto à Corte (e-DOC 2B63F199-e);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

b) da Informação n.º 28/2020-3ª Diasp (e-DOC 463A2AA1-e); c) do Parecer n.º 375/2020-CF (e-DOC 30937A2B-e); d) dos demais documentos juntados ao feito; II – dar ciência desta decisão à signatária da exordial; III – autorizar: a) o registro da Representação n.º 16/2020-CF nos assentamentos da Seasp/TCDF, a fim de subsidiar futuras fiscalizações acerca do tema, a serem realizadas em momento oportuno, após o fim da situação emergencial na saúde pública do Distrito Federal declarada mediante o Decreto Distrital n.º 40.475/2020, ou ainda nos termos do Plano de Ação de que trata o Processo n.º 00600-00000445/2020-73; b) o retorno dos autos à Seasp/TCDF, para a adoção das providências devidas e posterior arquivamento. Parcialmente vencido o Conselheiro RENATO RAINHA, que, quanto ao item III.a acima, votou para que o Tribunal faça a imediata fiscalização, nos termos do Plano de Ação de que trata o Processo n.º 00600-00000445/2020-73 e, ainda, que o processo seja identificado no Sistema e-TCDF com as expressões ‘Processo Urgente’ e ‘Covid-19’, a fim de propiciar a adequada celeridade processual.”

Assim, pedindo vênias mais uma vez ao eminente Relator, **VOTO** por que o egrégio Plenário:

I - tome conhecimento:

- a)** do Ofício n.º 5181/2020-SES/GAB (e-DOC 19E7AE14-c) e dos documentos anexos (e-DOCs C0C1ED19-c, 77DC2C1D-c e 728C6B03-c);
- b)** da manifestação ofertada pela empresa Methabio Farmacêutica do Brasil Ltda. EPP (e-DOC E984745D-c);
- c)** os Ofícios n. os 517/2020-G2P (e-DOC 0278E78F-e), 550/2020-G2P (e-DOC 3855D581-e) e 564/2020-G2P (e-DOC 8AAF4E5A e anexos de e-DOCs 1AA6E782-c e 771362EE-c);
- d)** da Ação Penal ajuizada em face da denominada “Operação Falso Negativo” (e-DOC 9188A024-c);
- e)** da Informação n.º 96/2020 – DIASP3 (e-DOC 7EDEE4AE-e);
- f)** do Parecer n.º 1006/2020–G1P (e-DOC 740C7850-e);

- II - conceda medida cautelar, com fundamento no art. 277, “caput”, do RI/TCDF, de modo a determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que limite eventuais pagamentos a serem realizados à empresa PRECISA Comercialização de Medicamentos Ltda., em razão da Dispensa de Licitação n.º 9/2020 (Processo SEI n.º**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

00060.00106136/2020- 61), ao valor unitário de R\$ 73,00 (setenta e três reais);

- III -** com fulcro no art. 248, inciso V, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal – RI/TCDF, fixe prazo de 15 (quinze) dias para que:
 - a)** a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF manifeste-se acerca das impropriedades contidas na Informação n.º 96/2020 – DIASP3, notadamente sobre a medida cautelar exarada, devendo encaminhar documentação comprobatória no caso de discordância;
 - b)** a empresa PRECISA Comercialização de Medicamentos Ltda., caso tenha interesse, possa se manifestar acerca das falhas apontadas na Informação n.º 96/2020 – DIASP3, notadamente sobre a medida cautelar exarada, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa;
- IV -** chame em audiências aqueles relacionados na Matriz de Responsabilização constante do e-DOC 2A05439E-e, bem como o atual Secretário de Saúde do DF, para apresentação de razões de justificativa a respeito das irregularidades de que trata este processo;
- V -** alerte à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que:
 - a)** os projetos básicos ou termos de referência, relativos às contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência decorrente do coronavírus, devem:
 - 1)** observar que a presunção de limitação da contratação ao atendimento da situação de emergência, prevista no art. 4ºB, IV, da Lei n.º 13.979/2020, não o isenta de estimar a quantidade necessária, com base em metodologia de cálculo objetiva, conforme previsto no art. 7º, § 4º e art. 15, § 7º, incisos I e II, da Lei n.º 8.666/1993;
 - 2)** conter a certificação do setor competente da SES/DF acerca da adequação orçamentária e financeira da despesa a ser realizada, nos termos do art. 4º-E, inciso VII, da Lei n.º 13.979/2020;
 - 3)** estar compatíveis com o ofício de solicitação de propostas e contemplar todos os elementos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

descritos no art. 4º-E, incisos I a VII, da Lei n.º 13.979/2020;

- b)** na instrução de processos com fundamento no Parecer Referencial n.º 013/2020 - PGDF/PGCONS, devem constar:
 - 1)** cópia integral deste Parecer Referencial com as cotas de aprovação do Procurador-Chefe e do Procurador-Geral do Distrito Federal ou do Procurador-Geral Adjunto;
 - 2)** declaração da autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial e que serão observadas suas orientações, conforme modelo anexo à Portaria PGDF n.º 115/2020;
- c)** apesar de os normativos não definirem prazo entre a publicação do Aviso de Convocação e a data para apresentação das propostas, para os casos de dispensa de licitação, esse período deve ser o mínimo suficiente para que a competitividade do certame não seja comprometida;

VI - autorize:

- a)** o envio de cópia da Decisão a ser proferida à empresa Methabio Farmacêutica do Brasil Ltda. EPP, para ciência;
- b)** o encaminhamento de cópia deste Relatório/Voto e da Decisão a ser proferida à SES/DF e à empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., a fim de subsidiar o atendimento das diligências em comento;
- c)** o envio de cópia dos presentes autos ao:
 - 1)** Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT de modo a subsidiar as apurações que ocorrem no âmbito da denominada “Operação Falso Negativo”, sobretudo quanto à acusação relacionada com os crimes praticados no Processo n.º 00060.00106136/2020-61;
 - 2)** Tribunal de Contas da União – TCU para ciência acerca das questões aqui abordadas e para adoção das medidas que entender pertinentes, no âmbito da Dispensa de Licitação n.º 9/2020, sob a gestão da Secretaria de Estado de Saúde do DF – SES/DF;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

- d)** a autuação de processo para exame de todas as aquisições de testes para COVID19 ocorridas no Distrito Federal, ante os significativos indícios de irregularidades na realização de tais despesas, conforme requerido pelo Ministério Público de Contas no Parecer nº 1006/2020-G1P;
- e)** o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – SEASP para os devidos fins.

Sala das Sessões, em 09 de dezembro de 2020.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Conselheiro